

ARISTOCRACIAS LOCAIS E PODER CENTRAL. O EXEMPLO BRACARENSE (1750-1809)*

Por Aurélio de Araújo Oliveira
(Faculdade de Letras do Porto)

Foi longo e por vezes um atribulado o processo de montagem e consolidação do chamado «Estado Moderno». É costume fazer mergulhar as suas raízes no século XIV. Considera-se normalmente concluído nos finais do Séc. XVIII. Pelo meio, uma sucessão de etapas num caminhar contínuo ainda que às vezes com algumas paragens e até alguns recuos. Um longo processo de modelação material (nas suas variadas facetas) mas também mental e ideológico.

Dividem-se hoje os autores quanto à verdadeira natureza e limites deste «Estado Moderno» no lapso de tempo que acima se definiu e, sobretudo, quando apreciado à luz da sucessiva possibilidade real de intervenção do Monarca. Afinal, concluiu-se, por fim, os limites materiais (e sociais) à afirmação do poder e acção régios no espaço geo-político do Estado são de tal ordem e de tal monta problemáticos e difíceis que, em boa verdade, em vez de processo de Centralização se deveria falar com mais rigor e propriedade em descentralização e apagamento do poder Régio. Afinal o Estado Moderno não existe na prática durante esse período, ou os prolegómenos da sua afirmação e realização são muito mais tardios¹.

* Em virtude da redução do tempo disponível teve que proceder-se a cortes substanciais no texto primitivamente redigido. Espera-se, todavia, que o mesmo resulte, não obstante, inteligível. A presente versão reporta-se, pois, ao texto efectivamente apresentado.

¹ António N. Hespanha, *As Vésperas Leviathan*. Lisboa. 1986, 2 Vols. (dact). Considerada a interdependência e a íntima correlação, entre «Estado Moderno», «Absolutismo», e «Centralização de Poder».

Prender-nos-ia tal problemática por todo o tempo disponível de que aqui dispomos. Deixemos, por isso, a questão em aberto.

Entre nós o Consulado Pombalino representa e culmina, sem dúvida, essa última fase desse longo processo.

Ainda que não representando novidade no conjunto das tendências políticas e mentais da segunda metade do Séc. XVIII, a incisão, a força e a determinação com que procura pôr em prática essa ideologia e as práxis políticas consequentes deram-lhe, porém, um lugar de inteira (e às vezes bem dramática) novidade no conjunto do ordenamento interno (e mesmo europeu).

Pode dizer-se que esse esforço e essas medidas se traduziram, afinal, na «racionalização» dos elementos disponíveis e na criação de outros ou novos instrumentos de acção adequados ou necessários à «funcionalização» do Estado como entidade autónoma e Universal (sob a presidência última do Príncipe). Isto é, a sua implantação final no espaço geográfico, no espaço humano e também no espaço ideológico e mental.

Pode dizer-se que essa última fase se caracterizou pelo esforço de «racionalização» de todos os recursos e potencialidades do Estado que poderíamos sintetizar em quatro pontos fundamentais: a) — do aparelho político e administrativo; b) — da vida e «ordenamento» social (que se traduziu no abatimento dos estratos nobiliárquicos tradicionais — e na criação de uma clientela social bem específica frequentemente arjoada pelo próprio Estado quando não pelo próprio favor pessoal); c) — «racionalização» do aparelho económico (quer pela reorganização de quase todos os serviços estatais quer, sobretudo, dos mecanismos económicos e financeiros). Ainda pela criação de organismos de apoio à actividade económica, e pela execussão de uma política que — nos vários sectores económicos — visava dotar o país de um verdadeiro aparelho produtivo que suprisse as necessidades internas e o emancipasse tanta dependência externa); d) — finalmente, «racionalização» do quadro mental e ideológico — ensino e da cultura (condição em grande parte necessária e mesmo indispensável do sucesso das outras reformas).

Dimensão importante — e podemos dizer que também fulcral — porque dela dependia e dependeu o sucesso de todo esse conjunto de Reformas e da aceitação do «modus faciendi» do Novo Estado e do Aparelho Central foi a criação de uma clientela social que, pelo menos se dispusesse ou predisposesse à aceitação de tais medidas. O esforço do «Estado Pombalino» foi também muito importante nesse sector.

Conhecem-se as principais acções desencadeadas naqueles campos, e neste muito em particular.

Deve dizer-se, porém, que são linhas de actuação e linhas de força mais notoriamente visíveis a nível do Poder Central ou dos grandes órgãos de actuação política e administrativa do País². Todavia, ainda que noutros quadros (menos estudados é certo), esse fenómeno se passa particularmente a nível das instâncias locais. Tornam-se, por isso e até significativamente elucidativas do processo em curso.

Semelhantes comportamentos manifestam-se de modo mais claro naqueles núcleos ou centros onde o desenvolvimento das actividades económicas tornou mais vivas e movimentadas certas capas sociais (tendo arrastado ou não na mesma tendência algumas dos estratos tradicionais que assim vão evoluindo seja por iniciativa própria seja por várias modalidades de arrastamento).

Foi também a partir desses centros que a nobilitação pela carreira das Letras se fez criando também, no rasto do desenvolvimento daquelas actividades, outro tipo de afirmação. Ombreando com as velhas aristocracias surgia uma nova aristocracia intelectual que pelo seu tipo de actividades e pela sua mentalidade mais facilmente fez a ligação e a comunhão de interesses (e comportamentos) com os segmentos intelectuais da Nobreza e do Clero. De um modo geral estes novos estratos estão, porém, preferentemente em disputa com as velhas aristocracias e aqui o processo e o fenómeno é particularmente evidente a nível local, da Província. Despique e luta menos visível nos grandes órgãos do Poder Central onde a mão do Monarca ou do seu Ministro colocava directamente as pedras que melhor entendia, essa luta pela afirmação ou conservação e manutenção de um certo «status» torna-se particularmente evidente a nível dos órgãos do poder e administração local: isto é, entre nós, o Município. Por motivos vários afastada da participação dos órgãos e benesses desse Poder nos primórdios da sua fundação e desenvolvimento, a situação vai alterar-se, progressiva e por

² Para uma visão global cf. Damião Peres (e Ângelo Ribeiro) *História Política* in «História de Portugal» ed. de Barcelos, Vol. VI. I Parte. 194-250; Damião Peres, *Organização Económica*, Ibidem, II. Parte. 408-414; F. Newton de Macedo (e outros) *Cultura e Assistência*, Ibidem. III. Parte. 433 e *Absolutismo*, in «Dicionário de História de Portugal», Figueirinhas, Porto. 1971. vol. I. 8-14 (J. B. de M.).

Pombal (Marquês de), Ibidem. Vol. III. 415-423. (J. B. M.).

Jorge Borges de Macedo. *A situação económica no tempo de Pombal*, Moraes Ed. 1982, 2.^a ed.

Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, Coimbra Ed., Coimbra, 1968, 5.^a ed. Vol. II. 183-228 e *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*, Coimbra, Imp. da Univ., 1929.

vezes drasticamente no decurso dos tempos posteriores. Processo particularmente notório quando essas aristocracias se não modernizam, seja pela sua desatenção ao trabalho e alheamento das actividades produtivas, seja pela sua permanência dentro de cânones mentais anquilosados. A Administração Local nos parâmetros e modelos em que evoluiu, no decurso da Idade Moderna, viria essencialmente a cair no círculo mais ou menos fechado dessa Aristocracia. A sua fruição viria a servir então, para a defesa e manutenção, por vezes muito intransigente, de seus exclusivos privilégios — como sempre acontece, aliás, quando as instâncias do Poder — a qualquer nível que as queiramos considerar — se reduzem à fruição de círculos fechados agravados ainda se, para mais, se assentes exclusivamente na tradição e nos privilégios³. Volver-se-iam, assim esses estratos, ao apoderarem-se das Administrações Locais, em sérios obstáculos ao pleno desenvolvimento de outros núcleos e capas sociais, freando, não raramente, o desenvolvimento económico, e inviabilizando, por exemplo com pertinaz frequência a necessária e plena integração dos espaços económicos limítrofes e confinantes⁴. Logo peando também o desenvolvimento desses novos estratos activos — ditos mais frequentemente «burgueses», e para os quais a plena expressão a nível social e até , depois, político se tornava cada vez mais necessária e urgente.

Com Pombal os «favores do Poder Central tendem a ir decididamente para estes novos «clientes». Deve dizer-se também, e em abono da verdade, que é nestes estratos que a mensagem de Pombal, isto é do «Novo Estado» mais facilmente passa e vai enraizar. Daí também o apoio que por vezes se torna particularmente claro por parte desse Novo Poder Central. Este vai conceder-lhes, por isso, muito maiores facilidades e oportunidades de nobilitação, frequentemente à revelia e contra a vontade dos estratos nobiliárquicos tradicionais que sempre procuram os cargos e funções que enobrecem. É certo que frequentemente muita dessa nobreza provinciana se verá na contingência de se aliar a esses estratos burgueses em cujas mãos está agora mais frequentemente o poder económico (seja pela mercancia seja pelas suas actividades industriais). E, de facto é esta uma poderosa e grande realidade, por exemplo, do Entre-Douro e Minho nesta segunda metade do Século

³ Maria Helena da Cruz Coelho / Joaquim Romero Magalhães, *O Poder Concelhio. Das Origens às Constituintes. Notas de História Social*. Ed. C.E.F.A. Coimbra. 1986.

⁴ Aurélio de Oliveira. *Municipalismo e Integração Económica. Braga e Guimarães na 1 metade de Seiscentos*. Braga. 1988.

XVIII⁵. Mas este facto e este fenómeno, não é suficiente para alterar a sua conduta e o seu modo de pensar tradicional face aos estratos laboriosos.

Ora, é precisamente no contexto desta Província que recai a nossa observação de hoje. Exemplo sem dúvida pontual, mas altamente elucidativo do processo em curso a nível das expressões locais.

O maior e mais importante centro desta Província tanto em termos populacionais como em termos de actividade económica é, sem dúvida, o Porto. Para tal contribui uma variada gama de factores que vão do crescimento endógeno a uma série de medidas administrativas que impuseram o Porto como centro administrativo e económico a todo o Norte em notário desfavor de outros núcleos muitas destas medidas tomadas precisamente por Pombal⁶). Não cabe referir tal processo no âmbito de tão breve comunicação mas das razões que cabem no primeiro dos âmbitos aqui referidos o Comércio com os Vinhos representou e teve papel o mais decisivo e importante. E já que hoje aqui nos encontramos conviria como curiosidade referir que um ramo desse comércio se fazia ou procurava então fazer directamente com os portos Russos do Báltico (e a partir dos interpostos da Suécia)⁷.

Todavia existem outros centros, e dentre eles pela sua importância e pela sua posição no coração da Província deve destacar-se Braga.

Braga cresceu do ponto de vista populacional, do ponto de vista comercial e, alimentando esta última actividade, do ponto de vista mesteiral e «industrial». Processo de crescimento particularmente visível também sobretudo na segunda metade do Século XVIII.

É essa actividade e esse dinamismo, sem dúvida, que chamam então a Braga os grandes Agentes de Comércio: cônsules de nacionalidades várias. Assim os das «nações: Hamburguesa, Prussiana, Alemã; Holandesa, Britânica, Genoveza, Italiana, Espanhola, Francesa, e mesmo

⁵ D. José Maria de Lucena. *Mapa Historico e Politico do Reino de Portugal. 1795.* Intr. e Notas de Aurélio de Oliveira. Porto. 1974. 26-27.

⁶ Referimo-nos, sobretudo, à Reforma das Alfândegas levada a cabo por Pombal, de que resultou, no Norte, a transformação do Porto no único centro alfandegário por onde passou a fazer-se o controle quer de saída quer de entrada de todas as mercadorias, com manifesto e grande prejuízo para os outros portos provincianos como, por exemplo, Viana do Castelo que até então rivalizava grandemente com o centro portuense na movimentação de certas mercadorias.

⁷ Aurélio de Oliveira, *Breves reflexões acerca do Comércio entre Portugal e a Suécia nos fins do Séc. XVIII princípios do Séc. XIX.* Braga. 1980.

«Ruciana»», e, por último, dos Estados Unidos da América. Surgem também os grandes negociantes por conta própria.

Muita desta burguesia mesteiral e «industrial» procura nobilitar-se adquirindo cargos que até aí estavam na mão da Velha Nobreza e buscando privilégios atinentes a semelhante estatuto.

É neste contexto social e económico do centro bracarense e mesmo da Província que surge a intervenção pombalina ou que se nota mais vivamente o modo de actuação e intervenção de Pombal (e depois dos monarcas que se lhe seguiram).

Em Braga a indústria mais importante pelo número de pessoas que envolvia e pelo volume de negócio que nesse sector se fazia era, sem dúvida, a chapelaria. Será, por isso, aqui que irão surgir os choques e talvez os maiores conflitos.

Alguns grandes comerciantes procuraram então de conivência interesseira ou ingénua com alguns do Ofício (e que não seriam dos menos dotados) apoderar-se de tão grosso filão, desde o fornecimento das matérias primas à produção e distribuição dos acabados.

Sabemos hoje pela documentação que tivemos a felicidade de encontrar que o Sargento-Mor do Porto e seus filhos se haviam contratado com alguns sombreireiros de Braga e o próprio Juiz do referido Ofício, e haviam constituído uma Sociedade envolvendo toda a produção de chapelaria e todo o fornecimento das matérias primas para a mesma actividade⁸.

A acção Régia central pautou-se aqui pela defesa da maioria dos sombreireiros, e comerciantes que vieram com embargos ao terem tido conhecimento da constituição da «Companhia das Lãs e dos Chapéus» bracarenses.

Passava, assim, por cima de todos os interesses particulares que tinham presidido à Constituição da Companhia sabendo ir ao encontro dos desejos da maioria dos industriais e comerciantes que desejavam manter livre e sem peias de qualquer espécie aquele ramo de negócio onde se criara uma alargada e poderosa burguesia. Urgia alargar a base de intervenção nessa camada laboriosa e em Braga esse era, sem dúvida, um momento bem oportuno. Era aqui que se estavam fazendo as melhores fortunas na Cidade, não desdenhando muita da aristocracia

⁸ Aspectos desenvolvidos em: *Indústrias em Braga, II. A Companhia das Lãs do Norte* — no prelo.

tradicional de se envolver e participar nas várias actividades industriais que se vinham desenvolvendo, fundando muitas de sua própria iniciativa.

Pombal não irá contra os interesses dessa clientela que urgia alargar e fortalecer também no âmbito da Província. A Requerimento desse grupo que veio com embargos à constituição da sociedade ordenará a imediata dissolução da «Companhia» e nulas e de nenhuns efeitos os contratos e escritura já entretanto realizados, culminando severas penas aos que persistissem no referido intento.

Pôde, assim, e graças a esta directa e drástica intervenção de Pombal a actividade têxtil na chapelaria prosseguir livre e sem quaisquer peias. Com isso se beneficiava as «indústrias e os comércios» não só nesse ramo como em outros. Mas manifesto é que com tal medida se visava essencialmente a satisfação de uma clientela por onde, em grande parte, passava a aceitação ou pelo menos a não contestação de muitas das Reformas que eram vitais para o bom sucesso da política global pombalina num centro onde a burguesia crescia em número e em poder económico social e por onde sem dúvida passava o desenvolvimento e modernização do País.

Refere-se nesta oportunidade o caso da chapelaria, com a «companhia das Lãs» mas nas restantes actividades se vinham criando estratos do mesmo tipo e idêntica extracção e a quem os favores régios vinham cumulando com regalias e privilégios, concedendo-lhes a graça (ou antes o mérito) do acesso à nobilitação, e a cargos e funções que os faziam ombrear com a velha aristocracia⁹.

Esta viria em oportunidades várias a fazer presente a sua hostilidade para com essa nova clientela que lhes usurpava cargos e nobreza e que por vezes os amesquinhava com o seu estalão de vida económica e outras vezes os ofendia com os seus cânones de comportamento e conduta.

Esses conflitos e esse despique de competências por promoção e por lugares ao sol frente à Sociedade em geral e perante o Monarca em especial ficam particularmente evidentes na luta que se desenvolve e manifesta quer pelo contróle quer pelo acesso aos lugares vários (ou melhor, a certos lugares) da administração Municipal, buscando a um tempo as isenções que nobilitam ou os cargos que dignificam.

⁹ Aurélio de Oliveira. *Dos Mesteres à Indústria. Braga 1750-1820*. (Trabalho em fase de ultimateção donde se retiraram estes e os outros aspectos referentes às actividades económicas).

À semelhança do que com maior ou menor vigor se passa por todo o País esta nobreza provinciana havia-se apoderado por completo da administração local, a qual num processo altamente selectivo se rodava e revezava nos vários cargos e lugares desta administração. Em casos mais flagrantes estas administrações haviam caído mesmo no estreito círculo de algumas famílias que monopolizavam por completo esses lugares. (Daí que não seja de estranhar que neste processo reivindicativo da Burguesia se encontrem muitas vezes misturados elementos vários dessa mesma nobreza mas que da fruição e exercício desses cargos normalmente andava afastada. Caso particularmente notório por parte dos Letrados, Doutores e bacharéis).

As célebres *Pautas* (ou Listas) com os elegíveis em cada município viriam a generalizar-se em todo o País. Estas «Pautas» (por outro lado totalmente controladas por essa mesma nobreza «concelhia») — constituíram, na verdade, um instrumento fundamental do domínio e contróle da administração local por parte dessa Clientela restrita. Este facto com todos os vexames daí decorrentes haveria de criar um foco permanente e crescente de tensões quando aqueles estratos burgueses ao seu poderio em dinheiro quizeram associar projecção social e presença política mesmo que só a nível destas pequenas instâncias locais.

Em Braga esses ressaibos vêm-se cumulando desde meados do Século quando começa a ser mais notório e visível o seu papel e poder económico. Acentua-se e torna-se particularmente evidente durante o último quarto de setecentos e vem a concretizar-se definitivamente em 1806 na sequência de nobilitações que fizeram de muitos deles» Cavaleiros das Ordens Militares. Mas ainda nesta altura parte dessa Nobreza tradicional (em cujos «pais filhos e Netos» andava o Governo da Cidade) se lhes refere em termos bem causticos e depreciativos ao declararem que «comummente são pessoas que nem princípios nem instruções teem nem tiveram para se conduzirem no governo de sua Casa, quanto mais para o de uma cidade como Braga sendo uns netos de Moleiros, outros de Sapateiros; Seleiros e filhos de Officiaes mecanicos e achando-se alguns actualmente em Negociantes... como é bem Publico e notório» ... e «que se os Letrados sendo pelo seu grau Nobres e pelas suas Letras e educação desde a sua infancia tirados dos Offícios seriam muito mais aptos para o Governo (mas) foram (porém) excluidos do emprego de Vereadores...» «Estes são as respostas que os da Primeira Nobreza que andam no arrolamento da cidade dão sobre o assunto». (sic)!

Outra parte da Nobreza, porém tem outra opinião. Apresentam

estes a notável curiosidade de serem todos eles Letrados (enquanto no rol dos que assinam o primeiro parecer e opinião nem só um o é!). Assim, estes «reputavam aptos em geral os Cavaleiros do Habito das tres Ordens Militares... que enquanto a bens os bastantes para a responsabilidade do Conselho, que a sua educação é muito distinta do vulgo até porque assim é necessário que Sua Alteza suposesse para os condecorar com as honras de que lhes fez mercê e pelo que toca finalmente a ciencia ou a luzes é certo que além de sobrepujarem a muitos dos que estão entrados no arrolamento eles tem as suficientes para manejarem o Governo económico, que não exige altas especulações como os interesses de um letrado ou a declaração de uma guerra. Este é o seu voto».

A decisão final coube ao Poder central, isto É ao Monarca que desse modo sancionava a sua ascensão na escala social autorgando-lhes por fim e conferindo-lhes formalmente também a sua ascensão política e o reconhecimento Social.

O segundo momento mais dramático acontecerá pouco depois a quando das perturbações provocadas pela entrada e presença dos franceses.

Em Dezembro de 1807 apossam-se da Câmara sendo então eleita uma nova Vereação toda ela composta por elementos desta nova Burguesia e por Letrados. Era o primeiro golpe de desforra política (e também social) sobre os Velhos estratos os quais, aliás, ainda há tão pouco tempo se manifestavam de modo tão desagradável e hostil à sua entrada para as Pautas dos Vereadores e Officiais da Câmara. (E lembre-se, ou sublinhe-se que nem todos eles eram partidários dos Franceses ou imbuidos de ideias jacobinas). O Passo foi sem dúvida dado por muitos deles por desforra e hostilidade para com essa velha nobreza (nos textos recordada como a «*Primeira Nobreza da Cidade*».

A Posse, porém e a fruição do Cargo não seria em nenhum tempo pacificas. Todos eles nos tempos subsequentes foram tomados por afrancesados, partidários das ideias jacobinas e revolucionárias (quando o fenómeno, no fundo, era também bem outro. Convinha, porém, que às velhas aristocracias, habituadas ao poder, as razões fossem as de carácter religioso e ideológico). O ano de 1808 foi de conflitos constantes na Câmara por parte de uns e de outros. Em Junho o Arcebispo ordena a sua destituição por a sua eleição não ter sido feita, como era habitual, pelas *Pautas*. Na verdade, num acto revolucionário, mas sobretudo altamente contestatário haviam pura e simplesmente abolido as «*Pautas*» dos privilegiados, estabelecendo a nível da administração e da política locais a necessária igualdade de direitos e de possibilidade de

acesso à Governação. A segunda metade de 1808 favoreceu os intentos do Arcebispo com a saída dos Franceses e a Criação da Junta Suprema do Reino. A Vereação e os mais importantes cargos Municipais voltaram às mãos da anterior clientela. E o processo de abertura face aos novos Grupos que se obtivera havia pouco em 1806 perdeu-se por completo. A vereação voltava às mãos dos mais conservadores, inviabilizando, assim, todo o processo de abertura para com os novos estratos sociais, e, sobretudo, deixando clara a impossibilidade de uma adaptação e transformação das aristocracias do Poder, a Nivel Local.

O conflito era ou tornara-se demasiado claro e aberto e, como dissemos e segundo creio, muito para além dos problemas ideológicos ou religiosos. O Regresso dos Franceses fez com que em 1809 a Burguesia bracarense voltasse à posse da Administração. Nova Vereação é eleita em Abril de 1809. Irá ser, porém, por muito pouco tempo. Tanto quanto dura a presença dos Franceses e enquanto se não levanta essa formidável reacção contra a presença estrangeira e todos os suspeitosos de francesismo — «pretexto» que levará a perseguições e desforras contra quem nada tinha a ver com uma ou com outra das realidades. Na cidade dos Arcebispos o trabalho de aliciamento contra estes Vereadores ocupou a maior parte do Clero. (O Arcebispo apesar de não ter já o Senhorio da Cidade sentia-se particularmente atingido nas suas prerrogativas). Outro grande contingente da denúncia saíra daquela Nobreza tradicional a qual via agora facilmente engrossado o seu séquito com todos aqueles que efectivamente receavam as novas ideias trazidas pela revolução francesa.

À suspeita segue-se frequentemente a perseguição e alguns deles andavam dispersos e fugidos em Maio de 1809. Entre Julho e Agosto desse ano tudo voltará à «normalidade» com as novas eleições por «Pautas» cujos nomes são agora criteriosamente escolhidos pelo Arcebispo. A Posição dos partidários e dos do Grupo da Primeira Nobreza saía, assim, e finalmente, reforçado frente aos filhos daquela laboriosa burguesia mesteiral e industrial e também mercantil que desde meados do Séc. XVIII se tinha e vinha criando na cidade e que ao tempo soube aproveitar e capitalizar a seu favor, ainda que com muitas dificuldades, os favores régios e a condescendência ou mesmo as necessidades do Poder Central.

É assim, ou fica assim patente e notório, que esses interesses da burguesia (certamente agora muito mais debilitados e dominados) terão que esperar por novas oportunidades. Todavia, deve dizer-se que daí em diante as actividades económicas na cidade vão esmorecer, mesmo

decair, vindo a faltar, segundo penso, a mesma força e poderio económico que sustentara e fora em grande parte a razão da sua ascensão social e política que se verificara durante toda a segunda metade do Século anterior e que, no testemunho do «*Primeiro ramo da nobreza*» fizera na cidade Cavaleiros os «filhos e netos de Moleiros, de Sapateiros, e filhos de Oficiais mecânicos achando-se alguns actualmente a Negociantes e ainda outros se tinham feito Letrados tirados dos Ofícios como é público e notório».

